

“OUTRA” COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA É POSSÍVEL: ALÉM DO MERCADO, O PAPEL DA COMUNIDADE CIENTÍFICA E DA SOCIEDADE CIVIL

ALEJANDRA AGUILAR PINTO

Resultado de investigación finalizada
GT 01: Ciencia, tecnología e innovación

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre a emergência de um novo paradigma da Comunicação Científica (*Open Access* ou Acesso Livre à informação científica), no contexto da chamada Sociedade da Informação, que modificou o ciclo de produção/ recuperação/acesso/difusão do conhecimento científico. Este “novo” processo causado principalmente pelos novos usos das Tecnologias da Informação e Comunicação-TICs, por setores acadêmicos, científicos, educativos e inclusive da sociedade civil provocaram o surgimento de um novo “*movimento social*”, por alguns autores denominado de *movimento informacional*, onde diversos atores da Comunicação Científica passaram a ter um papel mais protagónico no processo de criação científica.

Palavras-chave: Comunicação Científica. Open Access. Sociedade da Informação

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre a emergência de um novo paradigma na Comunicação Científica (*Open Access* ou Acesso Livre), no contexto da chamada Sociedade da Informação, que modificou o ciclo de produção/ recuperação/acesso/difusão do conhecimento científico. Este “novo” processo causado principalmente pelos novos usos das TICs por setores acadêmicos, científicos, educativos e inclusive da sociedade civil provocou o surgimento de um novo movimento social, por alguns autores denominado de movimento informacional, onde diversos atores da Comunicação Científica passaram a ter um papel mais protagónico no processo de criação científica. Assim se procura principalmente conhecer os antecedentes deste movimento no mundo (Cúpulas Mundiais da Sociedade da Informação -CMSI, o Movimento pela cultura livre ou software livre, etc.); a situação atual do acesso livre na América Latina; as principais vias de difusão do *Open Access* (via dourada: revista eletrônicas de acesso aberto e via verde: repositórios institucionais), dentre outros.

2. COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.

A comunicação, educação e o desenvolvimento são três paradigmas chaves para a concretização de um discurso de liberdade do saber científico. (Caballero, 2007) Contudo para atingir a universalização do conhecimento através da comunicação devem existir basicamente algumas condições: os próprios canais ou meios de comunicação devem ser públicos, tirando a lógica de mercadoria por uma lógica de serviço público de interesse público. Na prática isso se faz através de políticas públicas, que por sua vez, não podem ser nacionais, mas sim *supranacionais* a exemplo do Mercado Comum do Sul-MERCOSUL e a UNIÃO EUROPÉIA-UE. Ademais deve ser feito um projeto de regulação transnacional, sem esquecer as especificidades locais, pois cada região tem que se voltar para sua tradição, seu modelo de desenvolvimento e necessidades sociais. (Caballero, 2007, p.1.) Além do anterior duas problemáticas devem ser resolvidas no âmbito educativo em face à introdução de novos sistemas de informação e de comunicação. A primeira se refere à adaptação em nível de

inovação tecnológica por parte da educação, pois pelo geral o sistema educativo não possui os recursos para cobrir essas inovações, e o segundo que os sistemas formais de ensino de educação superior terão que reformular seu modelo de ensino, seu modelo institucional “é preciso se reorganizar porque as TICs causam mudanças das relações sociais, da relação professor-aluno, da relação pesquisador e comunidade” (Caballero, 2007, p.1). Desta forma políticas de inclusão digital vão ter que ser implementadas, dotando às unidades de pesquisa e de ensino superior, de outros tipos de recursos tecnológicos, pois pelo geral estas carecem dos níveis mínimos para seu funcionamento. Assim vai ser preciso uma mudança no ensino-aprendizado, pois as TICs principalmente a Internet, oferecem potencialmente outros tipos de acesso/uso da informação.

2.1. A Educação e Pesquisa na Economia do Conhecimento

Diversos autores acreditam no fim relativo da Modernidade, (Harvey, 1992, Giddens, 1991, Bauman, 1999, Touraine, 1994.) pois ainda existem aspectos não resolvidos da economia fabril, porém a economia do conhecimento começou a surgir desde a explosão informacional *on line*, que ampliou e especializou o saber científico, modificando também o valor dos produtos, bens e serviços.

A educação é um âmbito que teve um forte impacto desta nova economia informacional, pois tem no conhecimento a sua matéria prima, estando mais perto hoje do furacão de mudanças tecnológicas, mas para Dowbor (2010) esta se aferra ao passado, ao conhecimento fatiado em disciplinas, à segurança da sala de aula enquanto explodem no mundo o conhecimento *on line*.

Logo Dowbor (2010, p.1) indica o desafio que a educação tem pela frente: “uma profunda transformação, no sentido de ser menos ministradora de aulas e mais articuladora da multimodalidade que caracteriza hoje a gestão do conhecimento”

O setor corporativo que por muito tempo foram os donos dos suportes ou meios de difusão do conhecimento (editoriais, empresas de software e hardware, etc.) no começo assumiram uma atitude mais de confronto em relação a disponibilidade de conhecimento. Assim relata Lessig (2001) citado por Dowbor (2010, p.1) :

Em setembro de 1995, a indústria de conteúdos, trabalhando com o Departamento de Comércio dos Estados Unidos, começou a mapear uma estratégia para proteger um modelo de negócios frente às tecnologias digitais. Em 1997 e 1998, essa estratégia foi implementada através de uma série de novas leis destinadas a estender o tempo de *copyright*, e para punir o uso de tecnologias que tentavam evitar os entraves digitais colocadas em conteúdo digital.

Portanto, os intermediários do acesso aos bens criativos, que controlavam a base material da sua disponibilização, num começo tiveram uma visão limitante e restrita das informações criadas pelos autores, e em vez de se adequarem às novas tecnologias, se sentiram ameaçados, e buscaram travar o uso das tecnologias de acesso, acusando quem as usava de pirataria e até de falta ética. Desta forma se tem gerado duas dinâmicas: uma que procura se aproveitar das tecnologias para generalizar o enriquecimento cultural, e outra que busca através de leis, da criminalização e do recurso ao poder do Estado, travar a sua expansão.

3. AS CÚPULAS MUNDIAIS DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CMSI) E SEU PAPEL DA “DEMOCRATIZAÇÃO” DO CONHECIMENTO.

A Comunicação constitui um tema que só recentemente foi abordado pelas Nações Unidas (N.U), o qual demonstra ser um tema estratégico e polêmico, pois divide aos governos e à sociedade em geral. Diversas Conferências temáticas (Mulheres, Meio Ambiente, etc.) aconteceram durante os anos de 1990, nas quais se firmaram diversos compromissos, mais simbólicos, porém que refletiram a importância desses temas para as nações. Como se indicou só recentemente o tema da Comunicação foi tratado, o qual aconteceu no ano 2001, a cargo da *International Telecommunication Union-ITU* agência das N.U. relacionada ao setor das telecomunicações, quem organizou - A Cúpula Mundial da

Sociedade da Informação (CMSI) que aconteceu em duas fases: dezembro de 2003 (Genebra) e novembro de 2005 (Tunísia).

De modo distinto em relação às outras Conferências esta desde o início contou com uma participação maior da sociedade civil, da iniciativa privada em sua concepção, sendo previamente preparada a partir de diversos espaços de concertação (chamados *Caucus*) e Grupos de Trabalho, pensados como plataformas abertas de discussão, ação e construção de consenso sobre conteúdos, processos e aspectos relacionados com as Cúpulas Mundiais da Sociedade da Informação –CMSI, nos quais eram definidos os diversos textos relacionados aos temas que seriam afirmados na Cúpula. (Cabral & Filho, 2004) A temática da Sociedade da Informação estava contemplada em toda sua diversidade, anunciando o que deveriam ser (in)tenso debates na busca de um consenso possível em torno de temas complexos: utilização de tecnologias de informação envolvendo a adoção de software proprietário ou livre; os direitos de propriedade intelectual, a temática mais do que presente dos monopólio da mídia ; as questões relacionadas à segurança da informação, etc. (Cabral & Filho, 2004)

Esses temas refletem o impacto das TICs em todos os setores da sociedade, constituindo vantagens e desvantagens, dependendo do tipo de uso/acesso dado às ferramentas de informação. Contudo os que tiveram que ficar mais alertas foram os usuário finais (representados principalmente pela sociedade civil e o setor acadêmico universitário e de pesquisa), pois amplas possibilidades surgiam, mas também poderiam sofrer restrições por parte dos “detentores” do saber.

Como indica Cabral e Filho (2004, p.2):

A complexidade desses temas e a diversidade de interesses em confronto proporcionaram uma experiência rica em aprendizado, como também fizeram com que a temática da comunicação pudesse, enfim, ser elevada a uma preocupação mais apropriada no cenário mundial, principalmente devido à contradição de estarmos vivendo a introdução- em diversos setores da sociedade- de uma tecnologia capaz de conectar o planeta, mas a acessível a pequena parcela da população, afetando tanto interesses do setor público e do privado, como também da sociedade civil.

Como se indicou antes e depois da 1ª Cúpula Mundial da Sociedade da Informação- CMSI, a sociedade civil, contou com a participação de diversas organizações, além de professores e pesquisadores, sendo criada em 2001 a Campanha CRIS, do inglês *Communications Rights on the Information Society*, a partir do entendimento de que “a sociedade civil precisa estar comprometida com uma estratégia inclusiva, centrada nas pessoas, baseada no respeito aos princípios dos direitos humanos e às prioridades de desenvolvimento” (CMSI- Puntos de referencia esenciales de la Sociedad Civil para la CMSI) citado por Cabral e Filho (2004, p.3)

Há que destacar também o papel do Fórum Social Mundial- FSM, que teve uma considerável importância na articulação das organizações da sociedade civil e também na inspiração pelo maior dimensionamento do debate. Assim em vários países começaram a se organizar comitês locais da Campanha CRIS e, em especial na América Latina, se formou um grupo bastante sólido que deu continuidade ao debate, proporcionando uma especial atuação na primeira fase da Cúpula.

Contudo a realidade não foi homogênea na região latino-americana, pois alguns países foram mais articulados- como a Colômbia, a Bolívia e o Equador, por exemplo, e o Brasil contou mais com a participação de organizações atuantes no movimento pela democratização da comunicação, evidenciando a necessidade de serem fortalecidos, no âmbito regional e local, os espaços e a presença de pessoas, grupos e organizações que possam contribuir nessa temática. Existe, portanto, um riquíssimo acúmulo de organizações na luta pela regulamentação dos meios de comunicação de massa e dos meios alternativos de comunicação, encabeçados pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação- FNDC (no caso do Brasil)-, dentre outros grupos.

A reivindicação ao direito de comunicar é um tema que tem vindo principalmente das organizações da sociedade civil, mas para concretizar a sociedade do conhecimento, sua capacidade de agregar forças é bastante reduzida, pois de certa forma a qualidade técnica e artística dos meios de grande circulação

existentes e sua capacidade de formar opinião pública faz com que o entendimento da comunicação em geral, como um direito não seja sentido pela população em geral como uma perda.

Contudo um dos aspectos salientado por Cabral e Filho (2004) respeito ao direito de comunicar é a capacidade de expressão por parte de todos os povos, porém, há sérias limitações ao potencial comunicacional dos povos. Mas desde já um tempo começaram a trabalhar nessa perspectiva, organizações da sociedade civil como AMARC- Associação Mundial das rádios Comunitárias, a APC- Associação para o Progresso das Comunicações, a ALAI-Agência Latino-americana de Informação, dentre outras, as quais vem procurando firmar junto à sociedade civil e expandir para a sociedade toda a idéia que, tal como qualquer outro direito, se entendemos a comunicação como tal, “este precisa ser reivindicado e exercido através da expressão da diversidade social e cultural dos povos, da afirmação de meios próprios de comunicação e da quebra dos monopólios de empresas de comunicação, cultura e entretenimento” (Cabral & Filho, 2004, p.3)

Apesar das expectativas da primeira Cúpula, os relatos e negociações feitas não foram animadores, pois como indicam (Cabral & Filho, 2004, p.3) “são muitas as implicações nos interesses de governantes e empresas, que colocam em xeque não só os interesses particulares de seus negócios e domínios, como também a própria essência de uma Cúpula Mundial capitaneada pela N.U. que se pretende tripartite” Segundo Sean O Siochrú, Coordenador da Campanha CRIS, (2003) citado por Cabral e Filho (2004, p.3), a pesar de tanto a declaração intergovernamental como a da sociedade civil assinalar a idéia de que “a comunicação é um processo social fundamental, uma necessidade humana básica e a base de toda organização social”, a Declaração da Sociedade Civil, é a que mais avançou nas propostas de como podemos construir uma Sociedade da Informação e da Comunicação que diga respeito às pessoas. Salienta, por exemplo, a idéia de que se “deve reforçar o marco regulatório e jurídico em todas as sociedades de informação e da comunicação para garantir o compartilhamento universal da tecnologia da informação e do conhecimento e promover o controle comunitário respeitando os direitos e liberdades humanas” O Siochrú (2003) citado por Cabral e Filho (2004, p.3)

Isto pode demonstrar a confluência de interesses da sociedade civil e a comunidade científica cujas expectativas e ações, já começaram a serem delineadas na Primeira CMSI, que logo se tentariam de concretizar na segunda fase da Cúpula em Novembro de 2005. Mas como se vê em nível mais macro a sociedade civil foi quem tomou a iniciativa ao considerar a comunicação geral, como um direito humano, mas logo apontando na sua Declaração a necessidade de garantir o compartilhamento universal da tecnologia, da informação e do conhecimento, o que implicaria considerar a ciência como um bem público, um recurso social, que tem ser amplamente difundido para atingir seu objetivo que é o bem-estar da sociedade toda.

4. O PAPEL DO MOVIMENTO DO SOFTWARE LIVRE (MSL) NA CRIAÇÃO DE NOVOS MOVIMENTOS INFORMACIONAIS: O CASO DO *OPEN ACCESS*.

A “institucionalização” do direito à comunicação, à liberdade intelectual, o livre pensar, o direito à escolha, o acesso à informação e à socialização do conhecimento veio em parte a se concretizar no surgimento do software livre, o qual pode ser qualificado como um tipo de movimento social. (Morigi & Santin, 2007). Estes autores identificam os principais elementos de um movimento social, já indicados por Touraine (1965): identidade, o seu adversário e o modelo social proposto.

Procurando uma definição, Stallman (1993), citado por Morigi e Santin (2007, p.2) nos indica que o “termo software livre refere-se à liberdade conferida aos usuários para a execução dos programas em qualquer propósito, para estudo de funcionamento e adaptação às necessidades específicas, para redistribuição de cópias a fim de estabelecer uma rede de relações solidárias entre os cidadãos.”

Há que destacar que o software livre se insere no contexto histórico do surgimento da informática e da apropriação pelas grandes corporações. Este movimento teve origem com o lançamento do *Manifesto*

GNU, escrito e publicado Michael Stallman em 1983 criando o conceito de *Free Software* e dado isso ao Projeto *GNU's Not Unix!*.

Os três princípios básicos (elementos) identificados possuem as seguintes características:

-*A identidade do software*. O *Manifesto GNU* lançou o alicerce da identidade do Movimento do Software Livre- MSL e sintetizou seus princípios fundamentais. Stallman (1993) citado por Morigi & Santin (2007, p.3). afirmava que a luta do movimento era pela liberdade de todos os programadores e usuários de software, assim:

Há que entendê-lo (...) em suas práticas colaborativas no desenvolvimento do software e nas práticas discursivas dos debates promovidos pela comunidade internacional acerca das vantagens técnico /políticas do uso deste software. Logo este movimento informacional, é mais uma contestação à ordem social e econômica da Sociedade da Informação, e não apenas uma filosofia contrária ao software proprietário. Morigi & Santin (2007, p.3-4).

Portanto sem a intermediação dos meios de comunicação de massa e utilizando a internet como tecnologia de conexão, o MSL conseguiu uma difusão e adesão por amplos setores.

Com a autonomia da organização conseguida pelas comunidades se realiza o elemento mais importante da identidade do MSL: *a liberdade*, desdobrada nas liberdades que sustentam a filosofia do movimento e ao estimular ações coletivas destinadas a transformar os valores e as instituições da sociedade.

-*Os adversários do software livre*. Para o MSL a produção social do conhecimento não pode ser entendida como patrimônio de corporações ou estados, nem deve estar restrita ao exercício de uma autoridade, isto é, questão de poder. De acordo a Castells (2005) citado por Morigi e Santin (2007, p.5) o software é a linguagem da Era da Informação e o controle tecnológico do software proprietário é equivalente à apropriação do alfabeto pelos escribas e sacerdotes no início da civilização. Este constituiria um exercício de poder ao permitir que poucas pessoas tomem as decisões básicas sobre o software para todos (Kuhn e Stallman (2001), citado por Morigi e Santin (2007, p.5).

O MSL poderia considerar-se uma resposta à economia neoliberal que procura organizar todos os aspectos da vida, inclusive aqueles relacionados com o acesso/uso da informação, desde uma visão de mercado de compra/venda. Assim o MSL "(...) ataca os valores e as práticas mercadológicas, pela busca da liberdade intelectual ao preservá-la por meio do *copyleft*" Pereira (2004) citado por Morigi e Santin (2007, p.5)

O software livre ataca também a "propriedade intelectual", cujos elementos deformados no século XX, substituem gradualmente uma sociedade livre por uma sociedade de permissão. Essa propriedade intelectual reduz a muito pouco o conceito de propriedade criado para defender os autores e transfere aos serviços intermediários a prerrogativa legal do controle do uso da informação e do conhecimento. Lessig, (2004), citado por Morigi e Santin (2007, p.5-6)

-*Um modelo social para a Sociedade da Informação*. O MSL fortalece o debate sobre os aspectos políticos das TICs, na constituição de um novo modelo social em busca alternativas ao modelo vigente, que sacrifica muitos em detrimento de poucos (Morigi & Santin, 2007, p.7)

4.1. O MSL e os novos movimentos informacionais.

O movimento informacional que o software livre propiciou o Movimento do Software Livre -MSL inspirou paulatinamente novos movimentos: Cultura livre, *Creative Commons* e *Open Access*.

Brevemente a Cultura livre, defende o acesso livre a livros, músicas, filmes, tecnologias e toda investigação científica. Lessig (2004) citado Morigi e Santin (2007, p.8) por .A Cultura livre alerta para os problemas que a transformação tecnológica provoca quando seus usos são inquestionadamente aceitos, como são atualmente e busca construir uma estrutura de auto-organização e participação na sociedade e na cultura, em oposição à estrutura proprietária.

Este movimento também criou formas alternativas de direito de propriedade adaptadas, com o lançamento do projeto *Creative Commons* -C.C. em 2001. Este termo vem de *rescomune*, conceito empregado pelo direito norte-americano para se referir aos bens considerados de todos, que não estão sujeitos ao controle de nenhuma entidade específica. Para Stix (2003) citado por Morigi e Santin (2007, p.9) o C.C. ultrapassou argumentos acadêmicos e, com base no modelo de software livre, traduziu palavras em ação, buscando soluções para o compartilhamento do trabalho criativo.

Já o *Open Access*- O.A. ou Acesso Aberto ou Livre, é um movimento informacional que tem como base também a liberdade no compartilhamento da informação, mas de tipo científica. Instituído em 2001 pelo *Budapest Open Access Initiative*, o movimento “surgiu para modificar a realidade da distribuição do saber científico e do patrimônio cultural, com base no acesso livre e universal ao conhecimento humano” (Morigi & Santin 2007, p.10) Este movimento não se restringe só ao âmbito acadêmico, pois promove também o uso livre dos meios de comunicação como mecanismos de divulgação do conhecimento e das instituições de pesquisa, dos financiadores, das unidades de informação do mundo todo.

Outro fato destacado na sua conformação o constitui a Declaração de Berlim 2003 onde se definiu o acesso aberto como uma fonte extensa do conhecimento humano e do patrimônio cultural, validados pela comunidade. Este movimento surgiu como uma forma para enfrentar a crise da comunicação científica, causada pelas barreiras legais, tecnológicas e econômicas, procurando aumentar a disseminação dos resultados de pesquisas e assim diminuir os custos de acesso às publicações. O O.A. tenta se reapropriar da comunicação científica e das TICs para difusão livre na Internet da literatura acadêmica nos moldes do software livre, permitindo a leitura, *downloads*, a cópia e o compartilhamento dos estudos consultados.

4.1.1. O surgimento do movimento a favor do livre acesso

A iniciativa de alguns setores científicos (Ex. da física, medicina) por disponibilizar suas obras on line gratuitamente através da rede Internet, passou a denominar-se *Open Access* ou movimento de acesso livre ao conhecimento. Este movimento informacional prol livre acesso que surgiu em reação à situação do mercado das publicações acadêmicas descrito anteriormente levou a um questionamento à difusão/acesso/uso da informação produzida por eles/as (comunidade científica), principalmente periódicos e a situação de direito autoral, pois ao final eles/as não eram realmente os donos das suas criações, no sentido de modificar ou difundir por outras vias suas obras.

Diversas iniciativas ou projetos começaram nos início de 1990, como uma forma alternativa de recuperação e visibilidade no espaço eletrônico virtual (Internet), possibilitando uma mais rápida e instantânea difusão das suas pesquisas científicas. O marco inicial poderia ser o *ArXiv* (1991) do Laboratório Nacional de Los Alamos nos Estados Unidos, cujo objetivo era a autopublicação, o auto-arquivo, o livre-acesso e a preservação por longo prazo. Segundo Ginsparg (1996) citado por Marcondes (2006, p.150) a partir dessa iniciativa, o movimento pelo livre acesso ganhou um cunho cada vez mais político e politizado, surgindo iniciativas e manifestos como o *SPARC*, *ELSSS*, *Free Medical Journal* e *PLOS*.

Para fins de 1990 surge a *Open Archives Initiative*, segundo Van de Sompel (2000) citado por Marcondes (2006, p.150) esta iniciativa tinha como objetivo tornar interoperáveis diferentes sistemas de informação (repositórios, bibliotecas digitais, revista eletrônicas, etc) através de um protocolo tecnológico, o *OAI-PMH*. Esse protocolo permitiu que metadados de documentos armazenados num repositório, por exemplo, fossem coletados periodicamente por um programa robô e gerando serviços de valor agregado.

Com o desenvolvimento do *OAI-PMH* o ambiente de auto- publicação e livre acesso ganhava um segundo ator, além dos repositórios: os provedores de serviço, os quais ofereceriam o serviço de valor

agregado, como é por exemplo, a busca unificada sobre uma base de metadados coletadas de diferentes repositórios.

Assim provedores de dados (arquivos eletrônicos) e provedores de serviço passaram a constituir os principais atores em um ambiente de publicação eletrônica.

6. OS ESFORÇOS LATINO-AMERICANOS E BRASILEIROS PARA O ACESSO ABERTO. AVANÇOS DAS INICIATIVAS DE ACESSO ABERTO NA AMERICA LATINA E BRASIL.

A realidade do Acesso Livre ou Open Access na América Latina é muito heterogênea, de país a país, contudo há elementos em comum, devido a problemáticas (econômicas, sociais, políticas, etc.) que em conjunto têm passado, como região sul do continente americano.

6.1. O Acesso Aberto (A.A.) ou Open Access na América Latina.

Como se indicou a situação do Open Access na América Latina tem aspectos em comum, que se podem comparar com a realidade dos países desenvolvidos. Nestes últimos acontece que os conceitos de acesso aberto e as ações/estratégias têm sido bem estabelecidas, enquanto na nossa região ainda se está no processo de “conscientização”, sensibilização e inclusive de informação/difusão deste novo paradigma da comunicação científica, nos diversos setores interessados (comunidades científica, intermediários da informação, sociedade civil, etc.). Nos países centrais já existem amplos avanços em políticas institucionais para criar, estabelecer e melhorar o Acesso Aberto - A.A, mas aqui (América Latina) há um baixo ritmo nas políticas institucionais, justamente pela dificuldade na compreensão desta nova opção de difusão e acesso ao conhecimento científico, a comunidade científica ainda não percebe o tema (toma consciência). Nos países desenvolvidos há um aumento no interesse na pesquisa nos “dados puros”, mas aqui ainda se está procurando dar a conhecer as vantagens do A.A. Finalmente no Norte há um ênfase na integração entre repositórios institucionais com outros sistemas, e aqui no Sul há ainda um ênfase na construção de repositórios institucionais de uma forma desarticulada. O aspecto legal é algo também muito diferente pois aqui há uma dificuldade em tratar aspectos legais da administração da informação. (Amaro, Costa & Leite, 2010)

6.2. O Acesso Aberto (A.A.) ou Open Access no Brasil.

O Open Access no Brasil é uma iniciativa que não aconteceu isoladamente em universidades ou centros de pesquisa, apesar de existirem alguns antecedentes desta experiência no Scientific Electronic Library Online - SCIELO, que pela primeira vez teve uma disponibilidade no espaço virtual on line de revistas da área biomédica com acesso livre, mas isto foi iniciativa da rede - BIREME.

Na formação do Movimento de acesso livre –MAL, ao conhecimento científico papel chave o teve e ainda o tem, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia- IBICT, do Ministério da Ciência e Tecnologia -MCT. Esta instituição desde fins de 1990 desenvolveu diversas atividades de prospecção de tecnologias da informação e da comunicação aplicadas ao tratamento e disseminação da informação. Desta forma, identificou diversos pacotes de software e, inclusive a *Open Archives Initiative* (OAI), um conjunto de padrões para manter a interoperabilidade de sistemas de informação. Além de absorver essas tecnologias, no início deste século o IBICT desenvolveu e programou a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações -BDTD, que segundo Kuramoto (2010) em entrevista a Tesoro (2010, p.?) é “um dos projetos mais bem sucedidos para a implantação de uma rede de repositórios de teses e dissertações abaixo do hemisfério norte”

A partir destas atividades de prospecção foi logo customizado para a língua portuguesa o pacote de software *Open Journal Systema* (OJS) desenvolvido pelo *Public Knowledge Project* (PKP), o qual possibilitou a construção e manutenção de revistas científicas na web, automatizando todo o processo

de submissão e avaliação de artigos compondo, ao final uma revista científica na web. Assim desde fins de 2004 o IBICT promove e distribui este software, que no Brasil recebeu o nome de *Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - SEER*. Esta ação do IBICT “facilitou aos editores de revista científicas no Brasil, ao editar e manter a sua revista no meio eletrônico” Kuramoto (2010) em entrevista Tesoro (2010) e desta forma ter uma maior visibilidade das revista brasileiras e o começo deste projeto de implantação de revistas de acesso livre.

Assim a absorção de tecnologias, como o modelo *Open Archives*, permitiram ao IBICT ousar na proposição de uma rede de repositórios e revistas eletrônicas de acesso livre, pois esse modelo oferece padrões de interoperabilidade.

Uma ação mais de tipo prática é a que IBICT vem fazendo num começo sozinho, mas agora em parceria com a Biblioteca da Universidade de Brasília-UnB, é a distribuição de *kits* tecnológicos para universidades/centros de pesquisa, o qual inclui um servidor com os pacotes de software *Dspace* (para criação de repositórios institucionais) e o *SEER* (para revistas eletrônicas). Com isto se pretende estimular as instituições públicas de ensino e pesquisa a desenvolver seus próprios sistemas de informação (repositórios e revistas eletrônicas)

Cabe destacar o aspecto legal que é uma área que poderia contribuir a uma institucionalização estável do acesso livre, assim Kuramoto (2010) entrevistado por (Tesoro, 2010) ressalta que durante sua gestão na Coordenação Geral de Pesquisa e manutenção de Produtos Consolidados do IBICT, uma das ações que empreendeu com o propósito da facilitar a construção e implantação de repositórios institucionais foi articular com o deputado Rodrigo Rollemberg a submissão de projeto de lei *PL 1120/2007*. Este PL trata da obrigatoriedade das instituições de ensino superior e de pesquisa públicas em construir e manter os seus repositórios institucionais e, ao mesmo tempo, torna obrigatório aos pesquisadores dessas entidades depositarem uma cópia de seus trabalhos publicados em revistas com revisão por pares. Além disso, este projeto de lei estabelece a necessidade de se criar um comitê de alto nível para discutir e propor uma *política nacional de informação científica*. Esta política seria fundamental para que os repositórios sejam povoados com a produção científica brasileira.

7. CONCLUSÕES.

No contexto de uma economia global neoliberal que pretende mercantilizar os direitos humanos fundamentais, o direito à informação e comunicação, foi algo que só recentemente se tem tentado afastar das leis do mercado, sobretudo daquela informação que contribui ao desenvolvimento social e cultural de um país. O Movimento pelo acesso livre (MAL) é um fato destacado nesse sentido, que como se viu tem seus antecedentes no *software livre*, na Cultura livre, esta nova linguagem do século XXI, está num debate polêmico, pois as corporações tentaram ficarem donas de um recurso, cuja base é a informação, um direito de bem público, que não possui as características de uma mercancia escassa, pois está em constante criação, recriação e difusão, algo que não se esgota no tempo.

Contudo o que desencadeou o MAL foi a crise das publicações científicas tradicionais que começaram a ter elevado custo na sua subscrição, impedindo a compra por parte de unidades de informação (Bibliotecas Universitárias, Centros de Pesquisa principalmente); além disso as editoriais não promoveram a publicação e difusão das pesquisas científicas, ao impor custos elevados, assim quanto às restrições de direito autoral, exigências colocadas aos autores ao publicar nestas editoriais. Como consequência os setores acadêmicos e de pesquisa foram os que deram mais vida a este movimento informacional, o qual já deu vários frutos (Conferências no tema, criação de repositórios institucionais, etc.) estes resultados bastante animadores, demonstram a importância destas estratégias e o valor para a comunidade científica em particular.

Constata-se, portanto, que este novo paradigma, [está] em vias de se consolidar (...), no final, todos ganham. Pois, os pesquisadores obtêm mais conhecimento, e os resultados de suas pesquisas maior visibilidade; a ciência se desenvolve mais rapidamente e se torna mais transparente; e a sociedade tem

acesso aos resultados das pesquisas financiadas pelos impostos que ela própria paga, observa Kuramoto (2009) entrevista de IBICT, Assessoria de Comunicação (2009)

Existem na atualidade diversos intentos na criação de políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação, mas para um real resultado elas devem passar por políticas nacionais de acesso à informação científica. No nível mais macro a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura - UNESCO no relatório “Rumo às Sociedades do Conhecimento” Matura(2006) seu diretor, já destacou que a “incipiente Sociedade da Informação mundial só cumprira seu potencial se facilitar a emergência de sociedades de conhecimento pluralistas e participativas, que incluam em vez de excluam”

Assim a informação científica passa a ser o insumo crucial para o desenvolvimento integral de um país. Desta forma o movimento do acesso livre ao conhecimento científico vai ser de uma contribuição fundamental, ao liberar pesquisas, descobrimentos, saberes que estavam ficando estancados por agentes que impediam sua circulação. Graças a essa iniciativa de um setor dos pesquisadores “hoje o conhecimento científico começa a ser compartilhado, livremente, por meio da definição de políticas institucionais de informação, da construção/manutenção dos repositórios institucionais nas universidades e centros de pesquisa em todo o mundo” Kuramoto (2010, p.2)

Contudo para um avanço e êxito palpável, vai ser fundamental o papel dos intermediários de informação, como são os bibliotecários, arquivistas, ou outros profissionais da informação, os quais vão ter que assumir, sobretudo o papel de comunicadores, difusores e mediadores deste novo paradigma informacional, dando a conhecer os benefícios/vantagens das duas vias principais de criação/difusão do acesso livre ao conhecimento científico: a via verde (Repositórios Institucionais) ou dourada (Revistas de Acesso Livre), sem este papel os esforços iniciados por alguns setores científicos vai ser em vão.

REFERÊNCIAS.

Amaro, B., Costa, S. & Leite, F. *Brazilian endeavours towards open access: initiatives through the green and gold roads; launching the blue road*. Slides Berlin 8. Recuperado o 7 março de 2011 de http://www.unic.pt/images/stories/noticias/Costa,Leite_e_Amaro_Berlin8.pdf

Bauman, Z. (1999) *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar.

Caballero, F. (2007) A comunicação produtiva. *Epnoticias*. Recuperado o 25 janeiro de 2011 de http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=1807
www.eptic.com.br

Cabral, E. & FILHO, A. (2004) Não começou em Genebra, não vai terminar em Tunis: desafios a partir das organizações da sociedade civil para concretizar a sociedade da informação e do conhecimento. *Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo*, 2. Recuperado o 27 de janeiro de 2011 de http://www2.metodista.br/unesco/GCSB/reproducoes_genebra.pdf

Dowbor, L. (2010) *A educação frente à economia do conhecimento*. Recuperado 25 janeiro de 2011 de www.vermelho.org.br

Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP.

Harvey, D. (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (Assessoria de Comunicação do IbiCT) (2009) Na luta pelo acesso livre à informação científica Recuperado 10 de julho de 2013 de

<http://hamiltont.blogspot.com/2009/02/na-luta-pelo-acesso-livre-informacao.html> 21 de fevereiro de 2009 SuperDaHora é o blog do professor Hamilton!

Kuramoto, H.(2010) 4ª CNCTI e a informação científica. *Jornal da Ciência (JC)*: órgão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. SBPC, Recuperado 27 de janeiro de 2011 de <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=70343>

Marcondes, C.(2006) Livre acesso: infra-estrutura e articulação. *I Conferencia Ibero-americana de Publicações Eletrônicas no contexto da Comunicação Científica [maximizando a dinamização da pesquisa, ferramentas e estratégias]* Campo Grande: Editora UNIDERP.

Matsuura, K.(2006) Rumo às sociedades do conhecimento. Recuperado 9 de julho de 2013 de http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=643082

Morigi, V. & SANTIN, D. (2007) Reflexões sobre os valores do movimento software livre na criação de novos movimentos informacionais. *Informação e Informação ,1*, Recuperado 9 de julho de 2011 de <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1746>

Tesoro, J. (2010) Entrevista a Helio Kuramoto. *Boletin Electronico. Foro e-Gobierno OEA*. Recuperado 9 de julho de 2011 de http://www.suboletin.com/contentsoea/docs/Boletin_56/Kuramoto56.htm

Touraine, A. (1965).*Sociologie de l'action*. Paris: Seuil.

Touraine, A. (1994).*Critica da modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes.